

CATAPANO, Giovanni. NA ORIGEM DA IMPERSCRUTABILIDADE DO PRINCÍPIO: PLOTINO E AGOSTINHO¹

Tradução de: **Fabrizio Klain Cristofolletti**
fabrizioklain@gmail.com

Sobre o autor: *Giovanni Catapano é Professor Associado de História da Filosofia Medieval na Università degli Studi di Padova. Suas pesquisas abordam, em geral, as raízes tardoantigas do pensamento medieval, e em particular: (1) o pensamento filosófico de Agostinho de Hipona e sua recepção histórica; (2) a ética e antropologia de Plotino; e (3) a história do conceito de filosofia entre a Antiguidade e a Idade Média. Seu livro sobre o conceito de filosofia nos primeiros escritos de Agostinho (CATAPANO, G. Il concetto di filosofia nei primi scritti di Agostino. Roma: Institutum Patristicum Augustinianum, 2001) obteve o Premio delle Pontificie Accademie em 2005. Sua introdução, tradução e notas sobre os sermões de Erfurt (SANT'AGOSTINO. Sermoni di Erfurt. Veneza: Marcianum Press, 2012) venceram em 2013 o Premio Capri – San Michele d'onore.*

Sobre o tradutor: *Fabrizio Klain Cristofolletti é Professor Adjunto do Centro de Filosofia, Letras e Educação da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2018, concluiu Pós-Doutorado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2017), onde também obteve os títulos de Doutor (2015), Mestre (2010), Licenciado (2008) e Bacharel (2006) em Filosofia. Na área de História da Filosofia, especializou-se em Filosofia Medieval, pesquisando, sobretudo, as filosofias de Agostinho de Hipona e Boécio de Roma*

DOI: [10.25244/tf.v13i1.1730](https://doi.org/10.25244/tf.v13i1.1730)

Recebido em: 04 de maio de 2020. Aprovado em: 08/06/2020

1 Nota do Tradutor: o artigo original foi publicado em italiano: CATAPANO, G. All'origine dell'imperscrutabilità del principio: Plotino e Agostino. *Endoxa – Prospettive sul presente*, n. 23, pp. 45-51, jan. 2020. Disponível em: <https://endoxai.net/2020/01/24/allorigine-dellimperscrutabilita-del-principio-plotino-e-agostino>. Acessado em: 30/04/2020. O autor e editor da publicação original concederam permissão para a tradução e publicação por meio de correspondência eletrônica. O tradutor agradece a gentileza de ambos.

A filosofia nasce em implícita oposição à ideia de imperscrutável. A atitude que a cultura ocidental designou como “filosófica” se baseia originalmente no pressuposto de que o mundo seja racionalmente explicável, de que seja possível reconhecer sua causa ou suas causas vasculhando intelectualmente o próprio mundo. A causa ou as causas do mundo podem ser encontradas “perquirindo” o mundo, podem ser observadas através dele: são per-[e]scrutáveis. Se chamamos de “**princípio**” a causa ou as causas que permitem explicar o mundo, entendendo com esse termo aquilo que os filósofos gregos expressaram a partir de **Anaximandro** (séc. VI a.C.) com a palavra *arché*, então podemos afirmar que a **disposição filosófica diante do mundo** levanta a bandeira da perscrutabilidade do princípio. A perscrutabilidade do princípio e a explicabilidade ou compreensibilidade do mundo na aurora do pensamento filosófico ocidental estão intimamente ligadas: o mundo pode ser explicado ou compreendido graças ao fato de que seu princípio é perscrutável. É justamente na medida em que o princípio do mundo é perscrutável que a filosofia, enquanto escrutação do mundo na busca de sua explicação última, torna-se possível, e seu esforço titânico de compreensão global do mundo não é privado de sentido.

Essa confiança na capacidade humana de decifrar o mundo, arrancando dele o seu segredo mais distante, acompanha e sustenta a atividade filosófica até a última fase do pensamento antigo, a **Antiguidade Tardia**. É nesse momento que faz seu ingresso na história da filosofia um conceito novo, aparentemente em contraste e em contradição com a natureza mesma da filosofia tal como era até então concebida: a ideia de **imperscrutabilidade do princípio**. Quem introduz essa ideia na filosofia é **Plotino** (205 – 270 d.C.), o fundador do neoplatonismo, isto é, da corrente filosófica que suplantará todas as outras nascidas na Antiguidade e que constituirá o mínimo denominador comum das várias tradições filosóficas medievais, para depois ser retomada expressamente no Renascimento e penetrar numa parte considerável do pensamento moderno.

Relendo os diálogos platônicos à luz das críticas aristotélicas e em constante contraposição ao estoicismo, que havia dominado a filosofia helenística, Plotino elabora, como foi notado, uma **teoria hierárquica do princípio**. Como fundamento das realidades corpóreas, que estão sob nossos sentidos, há três “hipóstases” incorpóreas, que os sentidos não podem alcançar: a Alma (*psyché*); acima dela, o Intelecto (*noús*), da qual a Alma deriva; e, em posição suprema, o Uno (*hen*), do qual o Intelecto flui. Tudo, portanto, provém em última instância de uma única fonte, o Uno, cuja característica principal é ser absolutamente simples.

Plotino chega a tal conclusão aplicando coerentemente alguns axiomas que regem a sua metafísica. Os axiomas mais importantes, no raciocínio que nos interessa, são dois. O primeiro é que **a causa é superior ao efeito**. Observemos o cosmo físico: ele é um todo orgânico, dotado de ordem, vida e movimento. A ordem, a vida e o movimento físico devem ter como causa algo dotado de uma natureza diversa e melhor do que a física, e essa natureza é a **Alma**, tradicionalmente o princípio ordenador, vital e cinético. Mas a unidade orgânica que a Alma confere ao cosmo não é idêntica à própria Alma. Esta se subdivide numa multiplicidade de almas, as quais em seu interior contêm várias faculdades. A unidade da Alma é uma unidade múltipla e, portanto, foi recebida por meio de uma causa diversa e melhor do que a própria Alma, isto é, pelo Intelecto, no qual a Alma contempla as formas que ela reproduz em nível físico.

O **Intelecto** plotiniano é a totalidade das formas inteligíveis e, nesse sentido, coincide com o mundo das Ideias de Platão, mas é também um Intelecto que pensa a si mesmo, e nesse sentido coincide com o primeiro Motor imóvel de Aristóteles. No Intelecto se encontra tudo aquilo que se pode verdadeiramente conhecer, tudo o que é “ente” em sentido próprio, e esse

universo de cognoscíveis é conhecido em ato pelo Intelecto mesmo, que se identifica com ele. Quem quiser conhecer a trama inteligível do mundo, deve conhecer o Intelecto. Segundo Plotino, nós, que somos almas racionais provisoriamente presentes num corpo, em realidade já conhecemos as formas inteligíveis, mesmo que não estejamos conscientes disso, pois a parte superior da nossa alma, a intelectual, nunca abandonou o reino do Intelecto, a quem pertence, e nunca desceu aqui embaixo. É por isso que conhecer, como ensinava Platão, equivale a recordar, no sentido de tomar consciência daquilo que conhecemos desde sempre. A filosofia, enquanto atividade cognitiva, não é outra coisa senão a conquista de graus crescentes de consciência.

Mas o Intelecto, diversamente do Motor aristotélico, não é a causa primeira. Ele é, de fato, um efeito, e isso se entende mediante a aplicação do segundo grande axioma que serve de pilar para a metafísica plotiniana, aquele pelo qual **o complexo deriva do simples**, o múltiplo do uno. Ainda que Intelecto seja mais unitário do que a Alma, é múltiplo, seja porque é uma multiplicidade de formas, seja porque é, aristotelicamente falando, pensamento de pensamento, cindindo-se em sujeito e objeto. O intelecto, portanto, é o efeito de uma causa superior, da qual toda multiplicidade deve estar ausente: o Uno, de fato, assim é chamado precisamente para indicar sua indivisível unidade.

É por afirmar **a superioridade do Uno sobre o Intelecto** que Plotino abre a porta para a imperscrutabilidade do princípio. Com efeito, se o Intelecto coincide com a totalidade dos inteligíveis, e se o Uno é diverso e superior em relação ao Intelecto, então o Uno não é um inteligível: está além (*epékeina*) disso que até mesmo um Intelecto perfeito como o *noûs* hipostático é capaz de pensar. Toda a realidade flui em última análise de um princípio que não é cognoscível, um princípio do qual ocorre postular a existência, mas do qual não se pode saber senão o que não é: não é múltiplo, não é inteligível, não é exprimível por palavras, não é determinado (isto é, é infinito). Encontramo-nos diante do evento da fundação filosófica da **teologia negativa**.

Esse Uno, que para Plotino coincide com o Bem do qual falava **Platão**, na realidade é distante da Ideia de Bem da *República*: aquela era de fato uma Ideia, isto é, uma forma visível do intelecto e, por isso, na célebre alegoria da caverna, comparada ao sol, que dentre todas as coisas é a mais visível em si mesma, mesmo se, para vê-la, seja preciso acostumar gradualmente o olho à sua luz. O Uno plotiniano, ao contrário, não é uma Ideia: não o é porque é o princípio de todas as Ideias (a causa é superior ao efeito).

O Uno de Plotino é a primeira grande figura da imperscrutabilidade na história da filosofia. O Uno não pode ser objeto de uma visão, nem mesmo intelectual: não é possível aproximar-se dele com a ciência, mas somente, como diz Plotino, com “uma presença superior à ciência” (*Enéadas*, VI, 9 [9], 4, 3, ed. Henry-Schwyzler), vale dizer, mediante uma experiência de tipo místico. Aqui assistimos a outro evento de fundação de incalculável alcance, o da **mística** no pensamento ocidental. Sem Plotino, seria inimaginável a Teologia mística do **pseudo-Dionísio, o areopagita**, com sua “divina treva” que inspirará a linguagem dos místicos durante séculos. E, no fim das contas, aqui estão algumas premissas remotas também da noção de “místico” como aquilo que é inexprimível e que não pode ser conhecido cientificamente, a qual **Ludwig Wittgenstein** utilizará no seu *Tractatus logico-philosophicus* (1921).

Se o Uno, o princípio em sumo grau, é imperscrutável, inacessível ao olhar da nossa mente, então a filosofia, isto é, a busca do princípio, não pode se realizar no âmbito da consciência. Não é possível, em sentido próprio, conhecer o princípio, pode-se apenas fazer a experiência dele, eliminando a diferença que nos separa dele. Trata-se não mais de ver o princípio, o que é impossível, mas de unir-se a ele, ou melhor, de **ser o princípio mesmo**, porque, quando se considera o Uno como algo diferente de si, ele se subtrai, foge da apreensão: a unidade pura,

de fato, é incompatível até mesmo com a subsistência de dois termos: unidade e algo outro. O imperativo da ética plotiniana é **“Retire tudo!”** (*Enéadas*, V, 3 [49], 17, 38): retire tudo que não é Uno, retire até mesmo o seu “eu”. O absoluto se experimenta abolindo a relação e, portanto, a alteridade, pois a relação é sempre entre entidades distintas.

A tese da imperscrutabilidade do princípio é a declaração da insuficiência do conhecimento para a filosofia e a afirmação da necessidade da simplificação interior. O ideal ao qual o filósofo tende, doravante, não é mais o de saber o porquê do mundo, mas o de ser aquele porquê, aquela unidade em virtude da qual todos os entes são. O ingresso da imperscrutabilidade na filosofia **não assinala o fim da filosofia, mas a sua transformação num processo de tendencial divinização.**

Depois de Plotino e depois de Porfírio, que foi o seu mais ilustre discípulo, a partir de **Jâmblico** (c. 245 – c. 325) o neoplatonismo pagão se funde sempre mais com a **religião**, na convicção – embora Plotino não compartilhasse dela – de que para alcançar a união com o divino é indispensável o auxílio fornecido pelas práticas de culto e pelos rituais mágicos (teurgia). Uma persuasão análoga se encontra no **pensamento cristão** da época patrística, que se desenvolve quase paralelamente ao pensamento neoplatônico e que dele retira não poucos conceitos e doutrinas. Se Plotino, herdeiro da tradição filosófica antiga, tinha posto a ênfase no esforço do filósofo em remontar ao princípio, a fé cristã, de modo inverso, coloca no centro a ideia de que é Deus que vem ao encontro do homem, primeiro por meio da aliança com o povo eleito e depois por meio da Encarnação do Verbo divino e da efusão do Espírito Santo sobre a comunidade eclesial, fundada por Cristo morto e ressuscitado. Os sacramentos cristãos, por mais distintos que sejam dos ritos teúrgicos valorizados pelo neoplatonismo tardio, desempenham uma função similar: socorrer as forças insuficientes do homem e elevá-lo à comunhão com Deus pela graça, isto é, pela própria ajuda de Deus.

Não por acaso, se consideramos o Pai da Igreja mais relevante na história da filosofia, bem como o maior teórico da doutrina da graça no Ocidente cristão, ou seja, **santo Agostinho de Hipona** (354-430), podemos encontrar uma posterior e importante contribuição tardoantiga à noção de imperscrutabilidade do princípio. Para Agostinho, Deus não é em si incognoscível, embora na condição terrena o homem possa chegar a conhecê-lo somente em parte, imperfeitamente, por *speculum in aenigmate*, como escreve **são Paulo** (1 Cor., 13:13). O Apóstolo, todavia, acrescenta que, na vida futura, Deus será conhecido perfeitamente, “face a face”. E os escritos joaninos do Novo Testamento reiteram que, no final, veremos “assim como Ele é”, aquele Deus que “ninguém nunca viu” (*Jo.*, 1:18, *1 Jo.*, 3:2; 4:12). Agostinho é fiel a esse ensinamento bíblico e, por isso, sustenta uma **imperscrutabilidade temporal** do princípio. O princípio, isto é, Deus, não pode ser perscrutado no tempo, mas pode sê-lo na eternidade, na vida eterna que os bem-aventurados tomarão posse definitivamente depois que saírem, com a morte, da condição temporal. Na verdade, não será preciso perscrutá-lo, isto é, escrutá-lo através de outra coisa, porque Deus poderá ser contemplado diretamente, sem mediações.

Porém agora, nesta vida, não é possível fazer penetrar o olhar da nossa mente nas profundezas divinas, cujo conteúdo não pode ser adequadamente compreendido, mas apenas, no momento, crido. Daí a importância da **fé**, sem a qual o mistério de Deus permaneceria em grande parte inacessível, excetuadas aquelas perfeições que, como afirma a *Carta aos Romanos* (1:20), podem ser escrutadas através das criaturas. A fé, explica Agostinho, é indispensável para aproximar-se de Deus na medida do possível, não somente no plano da consciência, mas também no da ação, para agir segundo os seus mandamentos. *Iustus ex fide vivit*, “o justo vive graças à fé”, ama repetir o bispo de Hipona citando as Escrituras (*Hc.*, 2:4 em *Rm.*, 1:17; *Gal.*, 3:11; *Hb.*, 10:38).

O homem justo vive graças à fé, porque a fé é condição necessária para que acolha a graça divina que lhe dá a força de agir de modo justo, fazendo que ame o bem a ser feito.

Mas a própria fé é um **dom gratuito** recebido de Deus. Deus o concede de modo a fazer com que esse dom seja acolhido por aqueles que, desse modo, tornar-se-ão crentes, assim como dá aos seus eleitos a perseverança com a qual eles conservarão o dom da fé até o final da sua existência terrena, recebendo como prêmio a salvação eterna. Trata-se do conceito de **predestinação**, que Agostinho teoriza e defende com extremo rigor lógico, deduzindo-o de algumas premissas postas pela teologia paulina.

Os eleitos predestinados à salvação não são todos os seres humanos, mas somente alguns. São de fato “eleitos”, isto é, escolhidos no interior da “massa de pecado” do gênero humano que, por culpa do pecado de Adão, seria de outra maneira destinado inteiramente à danação. A **escolha divina dos eleitos** não depende de algum mérito humano, inexistente diante de Deus, nem é explicável segundo algum critério humanamente disponível. O juízo, com base no qual Deus decide salvar somente alguns seres humanos em vez de todos, e precisamente *aqueles* seres humanos que são os eleitos em vez de outros, está fora do alcance da nossa capacidade de compreensão nesta vida. O juízo existe, porque a escolha de Deus não é casual nem puramente arbitrária, mas é inacessível: é literalmente imperscrutável. Também a eleição é um dos mistérios divinos que não de revelar-se apenas na vida futura. Aqui embaixo, tudo o que se pode fazer é confiar na santidade de Deus, na qual não pode haver injustiça, e exclamar com Paulo: “Ó profundidade da riqueza, da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos e inacessíveis as suas vias!” (Rm., 11:33).

A esse respeito, que se observem pelo menos duas coisas. A primeira é que a imperscrutabilidade do princípio na visão cristã de Agostinho é estritamente ligada à **concepção de Deus como sujeito** dotado de uma vontade soberanamente livre, cujas decisões e cujos decretos não dependem em nenhuma medida das suas criaturas. O princípio divino escolhe de maneira imperscrutável porque escolhe de maneira absolutamente independente. A segunda observação é que **o destino final** dos seres humanos, ao contrário, **torna-se radicalmente dependente da vontade divina**. A imperscrutabilidade do princípio não comporta consequências apenas no plano das relações entre consciência filosófica e ascese mística, mas desce até a raiz da possibilidade de ambas serem efetivadas com sucesso. Essa possibilidade está ligada indissolivelmente a uma escolha já tomada desde a eternidade, cujo critério é oculto. Isso, do qual depende o nosso destino, permanece escondido para nós, sob uma vontade impenetrável que já decidiu de modo imutável. A solução do enigma da existência é remetida a uma vida ultraterrena.

O estudo de pensadores como Plotino e Agostinho nos faz compreender alguns dos motivos pelos quais a Antiguidade Tardia foi um período tão importante na história do conceito de imperscrutável. Nesse período, **a filosofia** certamente não desaparece, mas **sai dali redimensionada**. A resposta às questões fundamentais não lhe pertence mais senão em parte. A sua perfeição consiste em reconhecer o limiar do imperscrutável e, diante dele, deter-se em silêncio.